



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/10/2025 a 31/10/2025

Assunto: "PEC DA SEGURANÇA" OR "PEC N. 18, DE 2025"

Documento 1/11

206.2025	Sessão Ordinária - CD	01/10/2025-18:56
Publ.: - -	Chico Alencar-PSOL -RJ	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou que a votação do projeto sobre a isenção do Imposto de Renda deveria ser tratada com seriedade e não como mero dia histórico. Ressaltou que a proposta precisava manter equilíbrio entre três pontos: isenção até 5 mil reais, redução para quem recebia até 7.350 reais e taxação dos super-ricos, inclusive de lucros e remessas ao exterior, como medida de justiça tributária. Também defendeu que o Parlamento inaugurasse uma etapa de pautas propositivas e debates de alto nível, citando temas como regulação das big techs, jornada de trabalho, direitos de trabalhadores de aplicativos, PEC da Segurança Pública e reforma tributária ampla sobre renda e patrimônio. Além disso, defendeu os vetos do Presidente Lula aos projetos conhecidos como PL da Devastação e Nova Lei da Ficha Limpa.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente Charles, colegas de representação, eu sou um velho professor de História da rede municipal, lá nos primórdios de vários colégios do Rio de Janeiro, e, depois, por concurso, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Então, eu tenho muito critério ao falar de algo que é meio corriqueiro aqui.

Nós, numa espécie de autoelogio, dizemos "*Este foi um dia histórico do Parlamento*", ou "*Este vai ser um dia histórico*". Menos. A votação prevista para hoje já demora bastante. Imaginava que a sessão ia começar às 16 horas, e isso não aconteceu.

De qualquer maneira, espero que o Colégio de Líderes esteja incubando um bom projeto, ajustado, que não decepe nem decepcione nenhuma das suas três partes indissociáveis: a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais por mês, a redução do imposto para quem ganha 7.350 reais e a taxação dos lucros não tributados, dos ganhos da remessa para o exterior, dos muito ricos, que ganham acima de 600 mil por mês. Isso é uma questão de justiça tributária. Um aspecto não existe sem o outro. O projeto não é só de isenção, não.



Queria dizer que hoje a gente inaugura uma nova etapa, um novo ciclo para este Parlamento, de pautas propositivas — isso é muito importante — e de boas discussões de alto nível. Eu quero dizer que, além dessa proposta que vamos discutir e votar aqui hoje — essa é a grande expectativa de muita gente do povo, que até acompanha as nossas sessões —, nós temos que entrar em outras discussões fundamentais, por exemplo, a regulação, que está longe de ser censura, das grandes plataformas, das *big techs*, que têm um poder imenso no mundo. Em muitos países já há limites. A gente precisa avançar para a nossa soberania digital, tão importante.

Jornada de trabalho, direitos trabalhistas para os trabalhadores de aplicativos e discussão com vistas à redução da jornada seis por um, é outro ponto fundamental. É importante também a gente discutir e votar aqui a PEC da Segurança Pública, que já tarda.

Nós vamos continuar na luta para uma reforma tributária plena da renda, o que hoje é o primeiro passo, e do patrimônio. Não devemos derrubar vetos corretos do Presidente Lula em relação ao PL da Devastação e Lei da Ficha Limpa. É muito importante a gente avançar na ética pública, no interesse público e num Parlamento de alto nível de debates. É essa a nossa função.

Obrigado, Presidente.

Documento 2/11

206.2025

Publ.: DCD - 02/10/2025
76

Sessão Ordinária - CD

01/10/2025-15:04

—LUDVÍK NOVÝ, RI

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado rebateu críticas feitas a Israel por um colega Parlamentar, defendendo o direito de existência do país diante das ameaças de vizinhos e do financiamento do Hamas e do Hezbollah por nações como o Irã. Ressaltou que o grupo terrorista utiliza civis como escudo humano, comparando sua atuação às organizações criminosas do Rio de Janeiro, alvo da PEC da Segurança (Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025). Além disso, manifestou apoio ao Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que isenta do Imposto de Renda quem ganha até 5 mil reais, mas considerou o valor insuficiente diante da defasagem da tabela e da perda do poder de compra desde 2010 — que elevaria a faixa de isenção para 12,4 mil reais. Por fim, criticou a inflação superior a 30% no Governo Lula, a política tributária dos governos do PT e defendeu a ampliação da isenção.



O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Paulo Folletto. É uma honra ter esta sessão presidida por V.Exa.

Presidente Paulo Folletto, eu não ia falar sobre este tema, estava preparado para fazer outra abordagem, mas, ao ouvir o Deputado Padre João, do PT, acusar Israel de genocídio, eu gostaria de lembrar que o Oriente Médio é composto por dezesseis países, entre eles Israel. Israel ocupa 0,3% do território do Oriente Médio. Eu vou repetir: 0,3%.

Vocês que estão me vendo, se imaginarem que a área toda da minha cabeça é 100%, um olho meu ocupa 1%. Israel é 0,3%. Há Irã, Iraque, Arábia Saudita, Iêmen, Kuwait, Jordânia, Síria, Turquia, Líbano, Egito. Nenhum dos quinze países muçulmanos quer receber a população da Faixa de Gaza.

A guerra já teria terminado há muito tempo se o movimento terrorista Hamas tivesse entregado as suas armas. Se Israel entregar as suas armas, ele acabará no dia seguinte. Eu vou repetir: são quinze países do Oriente Médio querendo acabar com Israel. Israel ocupa 0,3% do território do Oriente Médio. É incrível que uma nação que ocupa 0,3% de um território que vive em confronto ainda sobreviva.

A Faixa de Gaza, através do movimento Hamas, através do Hezbollah, é financiada por países como o Irã, que tem como objetivo acabar com o Estado de Israel. Quem não entender isso, ou tem má vontade, ou também quer acabar com Israel. Isso a gente não pode permitir. A gente tem que lutar, sim, pela preservação das vidas humanas. E o Hamas faz de escudo crianças, mulheres e adultos que não fazem parte do seu movimento. É como acontece com as milícias, com o tráfico organizado no Rio de Janeiro, que ocupa 70% do território, e a PEC da Segurança quer criminalizar essas organizações, porque *modus operandi* delas é o mesmo do Hamas, usam cidadãos cariocas e fluminenses como escudo.

Presidente Paulo Folletto, hoje, isenção de Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais. É claro que o Partido Novo é favorável, é claro que o Partido Novo quer equiparar o ganho do brasileiro ao que tinha em 2010, de 5 mil reais. Ele tem que ganhar 12.4000 reais hoje para ter o ganho que ele tinha com 5 mil reais em 2010. Portanto, é muito pouco.

Imposto no Governo do PT é quase um roubo. Então, 5 mil reais é muito pouco. A gente tem inflação, 30% durante o Governo Lula foram corroídos com a inflação dos alimentos.

Por isso, a gente vem pleiteando um aumento nessa isenção.

Obrigado, Presidente Paulo Folletto.



235.2025

Sessão Ordinária - CD

28/10/2025-15:20

Publ.: DCD - 29/10/2025
212

- Alberto Fraga-PL -DF

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado manifestou preocupação com a escalada de violência ocorrida no Estado do Rio de Janeiro, relatando que imagens e relatos apontaram dezenas de mortos, entre eles, policiais e criminosos. Criticou o desprezo do Presidente Lula diante do pedido de ajuda do Governador do Rio de Janeiro e sustentou que o Executivo Federal dispõe de recursos, equipamentos e tropa para socorrer o Estado. Além disso, destacou que, após a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635, líderes de facções e criminosos de outros Estados fugiram para o Rio de Janeiro para terem proteção, alegando que a ADPF proíbe a polícia de entrar nas favelas do Rio de Janeiro. Ainda, solicitou ao Ministro Edson Fachin a revisão dessa decisão que beneficiou o crime organizado. Por fim, criticou o texto da PEC da Segurança Pública (Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025) que foi enviado pelo Governo, por não conter medidas efetivas, elogiou o Presidente Hugo Motta pela pauta de projetos sobre segurança pública e pediu a pauta do Projeto de Lei nº 2.826, de 2024, que criminaliza o uso de drones para ataque à Policia.

O SR. ALBERTO FRAGA (Bloco/PL - DF. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Eu nem gostaria de usar a tribuna para falar deste assunto, mas as imagens que chegaram para mim do Rio de Janeiro são estarrecedoras. Fala-se, até agora, no número de cinco mortes de policiais e de mais de sessenta de marginais. É lamentável que o Governo Federal ainda não tenha entendido que o Rio de Janeiro precisa de ajuda. O País precisa se juntar, precisa se unir para ajudar o Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro é o cartão postal do nosso País por suas belezas naturais, mas hoje, Presidente Charles, o que se vê é um Estado mergulhado na violência, um Estado onde bandidos tomam conta de comunidades. Eu não estou dizendo que nas comunidades só moram bandidos, não, porque lá mora muito trabalhador, muito trabalhador mesmo!

Também já temos notícia de gente ferida! Uma moça que estava malhando numa academia levou um tiro nas nádegas. Pessoas estão sendo feridas dentro de escolas. E o Presidente Lula manda saber se querem ajuda. Meu Deus do céu! Quem tem recurso, quem tem equipamentos modernos, quem tem tropa disponível é o Governo Federal!

Agora um dado curioso para os senhores que estão nos acompanhando. Desses marginais que foram mortos ou presos, a grande maioria é dos Estados do Pará,



da Bahia, do Rio Grande do Norte, de Minas Gerais... Por quê, Presidente Charles? Porque, depois dessa ADPF 635, os bandidos líderes de facções nos Estados estão fugindo para o Rio de Janeiro, onde não se pode entrar nas favelas. Será possível, Sr. Edson Fachin, Presidente do Supremo Tribunal Federal, que não pese na sua consciência essa quantidade de gente sendo morta por causa de uma medida que está atrapalhando a atuação da Polícia no Estado? Eu peço a V.Exa. que repense a ADPF 635, que só beneficiou bandido, que só beneficiou o crime organizado.

Olha, como policial, eu vou dizer aqui uma coisa que pode até soar mal. Mataram dois soldados do Bope, um delegado e três policiais civis. Pelo que eu conheço do Bope, eles vão matar muita gente. Eu fiquei sabendo agora que só de soldados do crime, das organizações criminosas do Complexo do Alemão, são mais de 1.500 — soldados do crime, aqueles que ficam com fuzil na mão para proteger boca de fumo.

Presidente Charles, eu estou realmente preocupado, porque vai haver uma carnificina, vai haver uma matança violenta. O número de armas apreendidas, de fuzis, já passa de trinta. E o Governo Lula ainda pergunta se querem ajuda?! Não tem que perguntar, não, tem que mandar as tropas para lá, para resolver essa situação do Rio de Janeiro.

O Governador Cláudio Castro já pediu ajuda, mas parece que o Governo Federal faz ouvido de mercador. O Governo diz: "*Não, nós estamos mandando uma PEC da Segurança Pública*". O que é que essa PEC da Segurança Pública faz de combate a esses marginais? Absolutamente nada! Nada! Mas nós vamos oferecer ao Governo um texto que verdadeiramente ajude a segurança pública. O texto que o Governo enviou não serve para absolutamente nada.

Eu quero mais uma vez parabenizar o Presidente Hugo Motta, que está tendo a coragem de pautar projetos de interesse da segurança pública. Hoje, a segurança pública está em evidência, é um assunto recorrente.

Presidente Hugo Motta, parabéns pelo seu posicionamento!

A propósito, eu hoje vou pedir que seja pautado um projeto que torna crime o uso de *drones* para ataques à Polícia. Os marginais hoje usaram *drone* para jogar bombas! Isso parece coisa da Ucrânia! Parece coisa da Rússia! Soltaram granadas na Polícia usando *drones*.

Eu sinto muito, mas vai ter que morrer muita gente mesmo. Que morram só os bandidos!

Muito obrigado, Presidente.



235.2025

Sessão Ordinária - CD

28/10/2025-15:56

Publ.: DCD - 29/10/2025 - Átila Lins-PSD -AM
223

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado parabenizou os servidores públicos pelo Dia do Servidor Público e, em relação à PEC da Reforma Administrativa (Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025), declarou que não apoiará uma proposta que prejudique essa categoria, defendendo um debate amplo e cuidadoso sobre o tema. Além disso, relatou a visita do Prefeito Thomé Neto, de Autazes (AM), a Brasília, onde participou de reuniões em Ministérios para buscar apoio ao Município. Ainda, fez apelo ao Governador do Amazonas, Wilson Lima, pela reabertura do posto da Secretaria da Fazenda (Sefaz) entre Boca do Acre (AM) e Rio Branco (AC), devido à evasão de renda e receita causada por seu fechamento. Por fim, solicitou ao Ministério da Saúde que a carreta do programa Agora Tem Especialistas, após concluir atendimentos em Humaitá (AM), seja enviada ao Município de Lábrea (AM), em atenção a pedidos e à necessidade da população local.

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PSD - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna fazer três breves registros.

Primeiro, quero exaltar e parabenizar os servidores públicos pelo seu dia, que hoje o Brasil está comemorando. É claro que os servidores públicos estão numa expectativa muito grande diante da proposta de emenda à Constituição que tramita nesta Casa e que poderá fazer profundas alterações no setor público do País. Nós não apoiaremos uma proposta de emenda à Constituição que venha a trazer prejuízo para a briosa classe dos servidores públicos do Brasil. Acredito que o debate sobre essa proposta será muito amplo, sem nada de afogadilho, nada de pressa. Tratar de servidor público é uma coisa que tem que ser feita com calma, e temos que ouvir os segmentos interessados.

O outro assunto, Sr. Presidente, é a presença aqui em Brasília do Prefeito de Autazes, o Thomé Neto, que está visitando vários Ministérios. Estivemos no Ministério do Desenvolvimento Social, com o Secretário-Executivo Osmar Ribeiro, tratando de apoio para o Município de Autazes. Ainda vamos ter audiência com o Ministro do Turismo, porque lá em Autazes, no final de novembro, vamos ter a Festa do Leite e a Feira Agropecuária. E vamos ter audiência também com o Ministro do Esporte, o nosso companheiro André Fufuca.

O Prefeito de Autazes está aqui em Brasília tratando dos mais diferentes assuntos e procurando solucionar os problemas que afligem a comunidade



autazense.

Quero registrar também um apelo ao Governador do Amazonas, Wilson Lima, para que ele determine a volta do posto de fiscalização da Secretaria da Fazenda do Amazonas na fronteira entre Boca do Acre e Rio Branco, porque, com o fechamento desse posto da Sefaz, tem havido um prejuízo muito grande, uma grande evasão de renda e de receita. A reabertura do posto é imperiosa e imprescindível para que Boca do Acre continue a manter certo equilíbrio e certa organização no trânsito que existe entre Boca do Acre e o Estado do Acre propriamente dito.

Por fim, eu queria registrar nossa expectativa sobre a carreta do programa Agora Tem Especialistas que está atendendo no Município de Humaitá. Faço um apelo ao Ministério da Saúde: depois que essa carreta de especialistas concluir o seu atendimento em Humaitá, que ela possa ir para o Município de Lábrea, para que também a população de Lábrea, que é o principal Município do Rio Purus, possa usufruir desse serviço. É o apelo que dirijo ao Ministro Alexandre Padilha e aos setores competentes do Ministério da Saúde: que, depois de concluído o trabalho em Humaitá, a carreta de especialistas possa se dirigir ao Município de Lábrea. Faço o pedido em atendimento a apelo que recebi de lideranças de Lábrea, de todos os nossos companheiros do Município.

Era só isso, Sr. Presidente.

Peço a V.Exa. que determine a divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos órgãos de comunicação desta Casa.

Muito obrigado a V.Exa.

Documento 5/11

235.2025	Sessão Ordinária - CD	28/10/2025-16:32
Publ.: DCD - 29/10/2025 - 235	Maria do Rosário-PT -RS	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

A Deputada criticou operações policiais no Rio de Janeiro que resultaram na morte de mais de 60 pessoas, incluindo civis e policiais, afirmando que vidas humanas não podem ser descartadas e que mesmo suspeitos de crimes devem ser julgados, não mortos em chacinas. Ressaltou que operações da Polícia Rodoviária Federal, como a da Baixada Fluminense, apreenderam drogas sem mortes, demonstrando que é possível combater o crime com inteligência e planejamento. Por fim, pediu explicações ao Governador Cláudio Castro e defendeu a aprovação da PEC da Segurança Pública para estabelecer parcerias adequadas entre os entes federados.



A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, hoje é um dia muito difícil para o Brasil. Como é possível que uma operação policial resulte em mais de 60 mortos? Vidas humanas não são descartáveis. Entre as vítimas estão trabalhadores da segurança pública, policiais — nossa solidariedade. Há entre as vítimas também moradores das comunidades, população civil — nossa solidariedade. E há também aqueles que, se porventura praticaram ação criminosa, têm que ser julgados, e não chacinados. Não há justificativa para o assassinato da população.

Sabemos que a situação do Rio de Janeiro é grave, e não é de hoje, mas sabemos também que, ontem, a Polícia Rodoviária Federal fez uma operação, e quase 1 tonelada de drogas foi apreendida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense. E lá não se viu uma chacina. Na operação da Polícia Rodoviária Federal não houve chacina.

Portanto, o Governador Cláudio Castro deve explicar ao Brasil como ele consegue multiplicar chacinas. E não adianta tentar transferir a responsabilidade

É preciso aprovar a PEC da Segurança Pública, que estabelece a parceria adequada entre os entes federados. O combate às drogas se faz com inteligência, ação política estruturada, perícia, evidências; não se faz em campo aberto, atingindo a população civil.

Aqui demonstramos a nossa tristeza. Que isso fique registrado!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 6/11

235.2025	Sessão Ordinária - CD	28/10/2025-18:20
Publ.: DCD - 29/10/2025 - 290	José Guimarães-PT -CE	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado solicitou a criação de Comissão Especial para análise do Projeto de Lei nº 8.085, de 2014, que altera o Código de Trânsito Brasileiro para instituir a obrigatoriedade da prática de direção veicular em vias públicas para fins de formação de condutores, ressaltando a relevância do tema para milhares de profissionais do setor. Ademais, manifestou solidariedade às vítimas e aos quatro policiais mortos na operação policial no Rio de Janeiro (RJ), classificando-a como desastrosa. Além disso, criticou o Governador Cláudio Castro, afirmando que o episódio evidencia o fracasso de sua política de



segurança e sua recusa em cooperar com o Governo Federal. Rejeitou ainda as tentativas de culpar o Presidente Lula pela tragédia e defendeu a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, denominada PEC da Segurança Pública, como instrumento para integrar União, Estados e Municípios no combate ao crime organizado. Ao final, destacou que a PEC representa o primeiro passo para uma política nacional de segurança pública planejada, eficiente e inteligente.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de entrar no tema da minha fala no dia de hoje, eu quero solicitar a V.Exa. que dê curso ao requerimento, que vários Líderes já assinaram, que visa criar uma Comissão Especial para analisar o Projeto de Lei nº 8.085, de 2014, que trata da questão da regulamentação das autoescolas.

É muito importante que esta Comissão, Sr. Presidente, seja formada, para que a gente possa, Deputado Leônidas Cristino, Deputado Coronel Meira, todos que estão aqui, discutir essa matéria. O problema é relacionado ao Ministério dos Transportes, mas esta Casa não pode deixar de discutir esse tema, porque ele envolve dezenas de milhares de pessoas no Brasil inteiro. Por isso, há uma solicitação formal, em nome do Governo, para a instalação da Comissão Especial, conforme o requerimento subscrito aqui por vários Líderes, especialmente pelo Deputado Coronel Meira.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero registrar a minha profunda solidariedade às vítimas, em nome do Governo do Presidente Lula, dessa operação desastrosa que aconteceu, Deputado Chico Alencar, no Rio de Janeiro. E eu quero me solidarizar com a família dos quatro policiais mortos — e é importante dizer que o nosso compromisso é com a paz, é com a segurança inclusiva: Marcus Vinícius Cardoso de Carvalho, Rodrigo Velloso Cabral, Cleiton Serafim Gonçalves e o Herber Carvalho da Fonseca. Quatro policiais morreram, além das vítimas da operação, ou seja, muitos inocentes que não tinham nada a ver com aquela situação.

O resultado dessa operação mostra o fracasso da política de segurança pública do Governador Cláudio Castro, que, em vez de se preocupar em pedir a parceria do Governo Federal para enfrentar o problema da segurança pública, que é muito grave no Rio de Janeiro, preferiu fazer ilações, fazer acusações de que o Governo Federal se recusou a ajudá-lo no enfrentamento da segurança pública no Rio de Janeiro.

O Governador deixa de assumir a sua responsabilidade numa crise de segurança pública e vem a Brasília. E, Deputado Chico Alencar, numa reunião do Presidente Lula com os Governadores, eu vi o Governador criticar a PEC da Segurança Pública, como se o problema da segurança pública fosse específico deste ou daquele Estado. O problema da segurança pública do Rio de Janeiro é de inteira responsabilidade do Sr. Governador, que não tem competência para gerir a segurança pública do Rio de Janeiro e se recusa a receber ajuda do



Governo Federal.

Nessa reunião, ele fez um pronunciamento contra a PEC da Segurança, Deputada Talíria. Eu estava na reunião, no Palácio do Planalto, com outros Governadores em que ele criticou a PEC da Segurança Pública. O problema da segurança pública hoje é um problema nacional. Tem que haver a integração dos três entes federados, União, Estados e Municípios, com políticas integradas, com políticas, inclusive, para enfrentar o problema da violência, pois muitas regiões do Brasil estão tomadas pelo tráfico, pelas facções, inclusive o meu Estado do Ceará.

O Governador deixa de assumir a sua responsabilidade — porque a responsabilidade é dele. Não venham culpar o Governo Federal. Se quiserem discutir o problema da segurança pública, por que a gente não vota a PEC da Segurança Pública, que está tramitando na Casa? A PEC da Segurança Pública faz o planejamento, descentraliza recursos, integra as polícias e redefine o papel da Polícia Federal no combate ao crime organizado. É disso que se trata. Não adianta fazer acusações.

Até parece piada, meus queridos Parlamentares do Rio de Janeiro, alguns Deputados virem à tribuna para culpar o Governo do Presidente Lula por essa tragédia lamentável que aconteceu no Rio de Janeiro. Isso é responsabilidade do Sr. Governador, que não tem competência para gerir a segurança do Rio de Janeiro e vem culpar o Governo Federal porque se recusa a fazer as parcerias com o Governo do Presidente Lula.

É urgente, portanto, pautar a PEC da Segurança Pública, que tramita nesta Casa. É necessário agora, Presidente, que a gente agilize a tramitação dela na Comissão Especial, porque ela é o remédio. Não sei se é o remédio para tudo, mas é um bom começo para unir as forças de segurança pública no combate ao crime organizado, às facções, e levar segurança a todos os lares brasileiros.

Nós não podemos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, comemorar as cenas que nós vimos na televisão. Gente inocente, Deputada Benedita, é vítima da falta de segurança, do domínio territorial das facções criminosas. É urgente a integração das polícias, dos três entes federados para enfrentar o problema da segurança pública.

A gente chama à responsabilidade o Governador do Estado do Rio de Janeiro. Não adianta culpar o Governo Federal. A compreensão que temos é que a nossa responsabilidade é tão grande que propusemos ao Congresso Nacional a PEC da Segurança Pública, para reformular toda a política de segurança pública, sem ferir a autonomia dos Estados, para dar condições às polícias de atuarem de forma integrada. Isto é importante eu dizer aqui: a PEC da Segurança Pública é o primeiro passo para enfrentar a violência que está estampada em todos os cantos e recantos do Brasil.

Penso até que o Presidente desta Casa deveria diligenciar uma ação, Deputada Talíria, do PSOL do Rio de Janeiro, para que a PEC tramite com certa



urgência, para enfrentarmos isso de forma unificada. Esse problema não é de um ou de outro Estado, e é grave, no Rio de Janeiro, pelas particularidades daquele Estado.

Nós precisamos estar unidos no enfrentamento desta questão. Precisamos tratar no Congresso Nacional daquilo que é responsabilidade nossa. Precisamos votar a PEC da Segurança Pública, que está tramitando, que tem uma Comissão Especial. E nós temos que trazê-la ao plenário, na minha opinião, pelo menos até o fim do ano.

É momento de unir forças. A população não merece esse tipo de ação desastrosa, sem planejamento, uma ação simplesmente midiática para dizer que está enfrentando o problema da segurança pública. Nós precisamos agir com responsabilidade. E o nosso Governo tem responsabilidade, sim, no combate à violência, principalmente em propor políticas com planejamento, eficiência e inteligência para enfrentar a crise da segurança pública.

Era só, Sr. Presidente.

Documento 7/11

235.2025

Publ.: DCD - 29/10/2025 - 294

Sessão Ordinária - CD

28/10/2025-18:32

Talíria Petrone-PSOL -RJ

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

A Deputada lamentou as pelo menos setenta mortes resultantes da operação policial mais letal da história do Brasil. Ademais, manifestou pesar ao ver o Estado do Rio de Janeiro sitiado e responsabilizou o Governador pelas mortes, inclusive de policiais. Além disso, criticou Parlamentares que culpam o Presidente Lula, lembrando que são os mesmos que se opõem à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública. Ressaltou ainda que o Governo Federal vem prestando apoio com agentes federais desde 2023. Ao final, defendeu o combate ao crime por meio do rastreamento de recursos e perícia independente, e agradeceu a criação de Comissão Externa para acompanhar a crise no Estado.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Presidente, se puder agregar ao tempo da Liderança do PSOL o da Bancada Negra, que também chegou a delegação, eu agradeço.

Presidente, primeiro quero dizer da minha tristeza de ver o Estado do Rio de



Janeiro sitiado, de ver o meu Estado, que é lindo, diverso, que tem uma cultura potente, praias maravilhosas, gente trabalhadora, com o saldo de pelo menos setenta mortos nessa operação desastrosa. Essa é a operação mais letal da história do País. Eu vou repetir: essa é a operação mais letal da história do Brasil, não da história do Estado do Rio de Janeiro. E as três operações mais letais da história do Rio sabe quando ocorreram? Sob o Governo de Cláudio Castro.

Eu lamento muito todas as mortes, inclusive as dos servidores públicos policiais. E sabe de quem é a culpa dessas mortes? Do Governador Cláudio Castro.

Olhem que delírio! Aqueles que, diante de um cenário de sangue no Rio de Janeiro, de um Rio sitiado, culpam o Presidente Lula são os mesmos que são contra a PEC da Segurança Pública, que é aquela que propõe a integração das polícias, é aquela que propõe um papel do Governo Federal para integrar essas ações. E o crime — ou vocês não conhecem o crime? — não é reduzido a um Estado só, ele é interestadual. A gente tem que olhar para as fronteiras, tem que haver uma coordenação do Governo Federal, e os senhores são contra.

Também mentem quando dizem que o Governo Lula negou ajuda. Hoje, cerca de quarenta, cinquenta agentes federais estão ajudando no policiamento rodoviário a pedido do Governo. E o que o Governador Cláudio Castro pediu no fim de setembro? Pediu que se mantivessem esses agentes. E o que o Governo fez? Manteve esses agentes. Isso foi renovado onze vezes, desde 2023.

Parem de mentir! Olhem para o povo do Rio de Janeiro! Olhem para a mãe que perde o filho assassinado, para a esposa do policial! Olhem para a mãe que não consegue levar um idoso para o hospital, porque fecharam os postos de saúde! Olhem para aquela criança que ficou sem aula, porque mais de trinta escolas foram fechadas! A área atingida inicialmente pela operação tem, pelo menos, 280 mil pessoas.

Eu peço que a gente tenha responsabilidade, a responsabilidade que, infelizmente, o Governo Cláudio Castro não está tendo.

Presidente, o tempo da Bancada Negra sumiu, de repente.

Eu tinha juntado os tempos das duas Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Deputada Talíria, V.Exa. utilizou o tempo da Bancada Negra hoje pela manhã, na sessão. É uma vez por sema.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ) - Ah, então, peço só 1 minuto para concluir. Eu agradeço a V.Exa., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Darei 1



minuto a V.Exa., pela sua complacência com esta Presidência sempre.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ) - Eu queria, então, para finalizar, pensar na nossa responsabilidade. Não é tempo de agitação midiática. Nós precisamos enfrentar as organizações criminosas.

Isso se faz perseguindo o dinheiro, não se concentrando apenas em ostensividade. Vamos enfrentar o dinheiro que sustenta o crime? Vamos ter coragem de fazer isso? Vamos pensar em perícia independente para que a gente tenha mais elucidação dos homicídios no nosso País? Vamos tratar a segurança pública com seriedade? Vamos cuidar do Rio de Janeiro?

Eu termino agradecendo ao Presidente Hugo Motta, que acatou o nosso pedido de instituir uma Comissão Externa para acompanhamento da grave situação do Rio de Janeiro, que exige uma responsabilidade de todos os entes públicos.

Eu jamais vou comemorar a morte de setenta pessoas. Não se pode dizer que uma operação é planejada e tem sucesso quando setenta pessoas morrem! A gente tem que defender a vida, e não fazer agitação política com um tema que interessa ao povo brasileiro, que é o tema da segurança pública.

Obrigada, Presidente.

Documento 8/11

235.2025

Publ.: DCD - 29/10/2025 - 299

Sessão Ordinária - CD 28/10/2025-18:44

Lindbergh Farias-PT -RJ

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

O Deputado apoiou o discurso da Deputada Benedita da Silva sobre a crise de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro, reconhecendo-a como representante da posição do Partido dos Trabalhadores (PT). Ademais, criticou o Governador Cláudio Castro por mentir ao responsabilizar o Governo Federal e por tentar obstruir a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, que trata da integração das forças de segurança pública. Além disso, afirmou que operações letais, como a recente e a ocorrida no Jacarezinho, apenas aumentaram a violência, enquanto o combate eficaz ao crime organizado depende de inteligência e investigação, como demonstrou a Operação Carbono Oculto da Polícia Federal. Ao final, conclamou o Congresso a votar os projetos do Governo Federal contra as facções criminosas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ. Como Líder. Sem revisão do



orador.) - Sr. Presidente, eu não vou usar todo o meu tempo.

Quero, Deputada Benedita da Silva, usar a sua fala pela Liderança da Maioria como a verdadeira representante da opinião dos Deputados do PT, porque a senhora é uma mulher negra, eleita Constituinte em 1988, que nasceu numa favela e morou a maior parte da sua vida nas favelas do Rio de Janeiro.

Ninguém aqui conhece a vida do povo pobre, do trabalhador, do morador das favelas do Rio de Janeiro como Benedita da Silva!

Eu só utilizo este tempo, Deputada Benedita, para me associar à sua fala e repelir as mentiras, o jogo baixo, sujo.

Hoje ouvi, logo cedo, uma declaração do Governador Cláudio Castro, que disse: *"Ah, nós estamos sozinhos"*.

Presidente Hugo Motta, nós temos que pautar, neste ano, a PEC da Segurança.

Eu ouvi o Governador Cláudio Castro dizer que a PEC da Segurança iria atingir a autonomia dos Estados. Falso! O que a PEC da Segurança focaliza, Deputado Patrus Ananias? A necessidade de integração, a necessidade de inteligência, a necessidade de investigação. Ele dizia: *"Vai ferir a autonomia"*, e agora diz que a culpa é do Governo Federal?! Não seria dele, que está tentando obstruir a votação dessa PEC?

Então, o Governador saiu a ligar e pedir desculpas para o Diretor da Polícia Federal, para Ministros: *"Eu não disse bem isso"*.

A verdade é que toda essa operação poderia ter tido um desfecho diferente, se ele tivesse ido ao Ministro da Justiça, tivesse articulado, tivesse trabalhado em cima de investigações.

Eu disse que um Deputado, aqui, estava mentindo. Até a história de tanques blindados da Marinha é falso. Deputada Benedita da Silva, V.Exa. sabe em que data ele pediu os blindados da Marinha? No dia 29 de janeiro. Quando é que está acontecendo esta operação? E a resposta foi que se precisaria de uma GLO.

Eu chamo a atenção de V.Exas. Esse Governador Cláudio Castro, em 2022, deu uma declaração ao jornalista Octavio Guedes, dizendo o seguinte: *"Se eu fosse me basear por pesquisas, faria mais de três operações como a da Vila Cruzeiro, uma por semana"*. E ele fez isso, quando foi candidato a Governador, infelizmente.

Deputada Benedita da Silva, a pergunta que a gente tem que fazer é a seguinte: deu certo alguma operação letal como esta? Esta é a mais letal da história do Rio de Janeiro. Contudo, no ano da eleição em que ele se elegeu, ele fez uma operação parecida lá em Jacarezinho: corpos negros empilhados e o discurso de combate à criminalidade. E agora o discurso é o seguinte: *"Ah, o Governo*



Federal estava ausente". Sabem o que aconteceu no Jacarezinho? Aumentaram todos os números de roubos e homicídios naquela região.

Quando foi que uma política como esta deu certo no Rio de Janeiro? Em momento algum. Sabem quando deu certo? Quando o Governo Federal, o Presidente Lula, fez uma operação da Polícia Federal, a Carbono Oculto, contra a máfia dos combustíveis. Houve investigação. A operação pegou gente do mercado financeiro, pegou fintechs.

Não é preciso entender muito de segurança para perceber que, para ir para cima das organizações criminosas do PCC e do Comando Vermelho, é preciso inteligência, investigação. É só assim que a gente dá um passo além.

Então, senhores — e Governador do Rio, Cláudio Castro —, vão continuar se posicionando contra a PEC da segurança?

A PEC da Segurança, Deputado Max, tem um ponto muito específico que dá poder à Polícia Federal no combate a organizações criminosas. Eles não precisam ser nem chamados pelo ente estadual. Ela tem autorização para entrar em situações de crimes interestaduais e de crimes internacionais.

Agora, fico vendo V.Exa., Deputada Benedita, nossa representante Deputada, aos 84 anos. Quantos discursos falsos e demagógicos como esse V.Exa. escutou, como Deputada, discursos de tantos Governadores que não entregaram nada? Era repetição. Quantas mães de jovens negros V.Exa. escutou no seu peito, conversando sobre a realidade do Rio de Janeiro?

Eu peço atenção ao Presidente desta Casa. Vamos votar a lei contra facção criminosa, a apresentada pelo Governo do Presidente Lula!

Vamos deixar de demagogia, de cinismo! Esse Governador do Estado do Rio de Janeiro é tão falso, que eu não sei, Deputado Patrus, por que ele deflagrou essa operação no dia de hoje. Foi da cabeça dele? Houve alguma ofensiva dos grupos criminosos? Eu não sei, porque a situação do Rio de Janeiro é a seguinte: sabiam os senhores que não havia Secretaria de Segurança Pública no Governo do Cláudio Castro? Não estou falando nem de integração com a Polícia Federal, com órgãos federais. No Estado havia uma Secretaria da Polícia Militar e outra da Polícia Civil, que não se falavam. Agora é que o Flávio Bolsonaro indicou o atual Secretário de Segurança.

Senhores, mais um capítulo triste da história do Rio de Janeiro.

Há algo de que eu tenho convicção: este Governo Federal vai agir com força para dar poderes, de fato, à Polícia Federal, para combater as organizações criminosas.

Parabéns, Benedita! V.Exa. fala pelo povo do Rio de Janeiro.

Documento 9/11

235.2025 Sessão Ordinária - CD 28/10/2025-19:00
Publ.: DCD - 29/10/2025 - 303 Coronel Ulysses-UNIÃO -AC
ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado condenou a Esquerda por mentir ao tentar isentar o Governo Federal da responsabilidade pela crise de segurança pública e afirmou que o Presidente Lula é o principal culpado pelas mortes ocorridas durante a operação policial no Estado do Rio de Janeiro, por defender criminosos e considerar traficantes como vítimas. Ademais, criticou a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635, que restringe o uso de helicópteros em operações policiais, ressaltando que o tráfico utiliza drones para lançar explosivos contra civis e agentes. Por fim, rejeitou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública.

O SR. CORONEL ULYSSES (Bloco/UNIÃO - AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Esquerda vem aqui mentir descaradamente. Querem eximir a responsabilidade deste desgoverno com a segurança pública. A culpa de cada morte que aconteceu hoje se chama Luiz Inácio Lula da Silva, que defende bandido, defende criminoso. Estou falando daquele que disse que traficante é vítima.

Outra questão: a ADPF 635 não permite que a polícia utilize helicóptero nas operações. Enquanto isso, o tráfico está utilizando *drones* para jogar granadas, bombas contra pessoas inocentes, contra policiais. Aí eles vêm falar sobre PEC da segurança? Eles estão trazendo essa PEC, e isso não vai levar a nenhuma motivação melhor para a segurança.

Fica aqui o meu repúdio a esses criminosos.

Documento 10/11

236.2025 Sessão Ordinária - CD 29/10/2025-14:44
Publ.: DCD - 30/10/2025 - 192 Zucco-PL -RS
ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário



O Deputado qualificou integrantes de facções criminosas como terroristas, ressaltando o fato de que utilizaram, contra policiais do Rio de Janeiro, drones, explosivos bombas e metralhadoras, o que resultou na morte de quatro policiais. Além disso, criticou o Ministro da Fazenda por fazer vídeos contrários à referida operação policial e o Presidente Lula por não ter ido ao Estado para apoiar a ação. Por fim, manifestou inconformidade com a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, argumentando que a PEC diz ser da segurança, mas não contempla medidas como isolamento de líderes de facção, segurança armada nas escolas, aumento da pena, fim de visitas íntimas a presos perigosos e redução da maioridade penal.

O SR. ZUCCO (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Terroristas!
São terroristas, criminosos!

Enquanto o Ministro da Fazenda faz videozinho criticando essa operação, até porque não entende nada de segurança pública, o Presidente atual não teve a responsabilidade de ir ao Rio de Janeiro prestar o seu apoio a essa brilhante operação da Polícia Militar. Perdemos quatro vidas de policiais, vidas de policiais!

E nós estamos ainda com a cara de pau de querer fazer tramitar uma PEC, dita "da segurança", que não aborda o isolamento de líderes de facção, não aborda a segurança armada nas escolas, o endurecimento de penas, o fim das visitas íntimas aos presos perigosos, a redução da maioridade penal.

E aí eles vêm falar que não são terroristas? Esse pessoal tinha *drones*, explosivos, bombas, metralhadoras .50!

Minha tristeza é pelos quatro heróis — policiais heróis! — que tombaram em nome de uma sociedade que clama por justiça e segurança pública.

Lula, vá lá pegar o avião e fique do lado do bem!

Documento 11/11

237.2025

Sessão Ordinária - 30/10/2025-11:00
CD

Publ.: DCD - 31/10/2025 -
101

Rubens Pereira Júnior-PT -MA

DISCURSO
ENCERRAMENTO ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

O Deputado manifestou preocupação com rumo do Brasil no enfrentamento ao



crime organizado e violência, criticando transformação de tragédia em combustível para disputas ideológicas. Apontou que debate sobre vidas virou espetáculo de autopromoção política, com desinformação e discursos inflamados nas redes sociais enquanto famílias enlutadas enterravam mortos. Evidenciou que polarização enfraquece política e fortalece criminalidade, pois crime organizado opera com método enquanto narrativas se chocam. Afirmou ainda a necessidade de luta suprapartidária contra crime organizado, asseverando que violência não respeita siglas nem ideologias. Destacou sanção da Lei nº 15.245, de 2025, relatada por ele, originária de projeto de Senador Sergio Moro, debatida publicamente e sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, demonstrando maturidade institucional e compromisso com Brasil. Ressaltou também que segurança pública não pode ser vitrine eleitoral, devendo ser tratada como política de Estado. Além disso, defendeu aprovação da PEC da Segurança Pública sem contaminações eleitorais, que integra forças, padroniza ações, fortalece guardas municipais e garante recursos permanentes. Por fim, apelou para Deputados e Senadores unirem esforços em coordenação e responsabilidade, afirmando que vitória contra crime virá de políticas bem construídas, pactos republicanos e unidade nacional, não de frases de efeito nem polarizações.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos termos do Regimento Interno, e dada a impossibilidade de leitura em plenário, solicito a V.Exa. que seja dado como lido, para efeito de registro nos Anais desta Casa, este discurso de minha autoria.

Subo a esta tribuna movido por um sentimento de profunda responsabilidade e preocupação com o rumo que o Brasil tem tomado no enfrentamento ao crime organizado e à violência que atinge tantas famílias brasileiras.

As imagens que recentemente chocaram o país são um retrato cruel da realidade. E, ainda assim, em vez de promovermos uma reflexão séria sobre o papel do Estado e sobre a eficácia das nossas políticas de segurança pública, vimos, mais uma vez, a tragédia ser transformada em combustível para disputas ideológicas e narrativas de ocasião.

Em poucas horas, o que deveria ser um debate sobre vidas e inteligência virou espetáculo de autopromoção política. As redes sociais foram tomadas por desinformação, acusações mútuas e discursos inflamados. Parlamentares se engajaram numa corrida por frases de efeito, por cortes virais, por curtidas — enquanto as famílias enlutadas sequer haviam



enterrado seus mortos.

O resultado disso é o enfraquecimento da política e o fortalecimento da criminalidade. Porque, enquanto as narrativas se chocam, o crime organizado segue operando com método, com silêncio e com poder. Ele se infiltra nas estruturas do Estado, financia campanhas, domina territórios, avança sobre fronteiras. E se beneficia exatamente dessa paralisia que a polarização nos impõe.

Por isso, afirmo com toda convicção: a luta contra o crime organizado precisa ser suprapartidária. Nenhum governo, nenhum partido, nenhum líder, por mais bem-intencionado que seja, conseguirá vencer sozinho um problema que é nacional, sistêmico e transfronteiriço. A violência não respeita siglas nem ideologias. Ela destrói lares, paralisa economias e corrói a confiança nas instituições.

É hora de maturidade política. Foi com esse espírito que o governo do presidente Lula vem buscando construir pontes em torno desse tema. E trago aqui um exemplo concreto dessa postura: a sanção da Lei nº 15.245/25, da qual tive a honra de ser relator nesta Casa.

Essa lei moderniza os instrumentos de combate ao crime organizado, aperfeiçoa a legislação e amplia a capacidade do Estado de desarticular financeiramente as organizações criminosas. Mas o que torna essa norma ainda mais simbólica é a sua origem: ela nasceu de um projeto apresentado pelo senador Sergio Moro, foi debatida de forma republicana por diferentes bancadas e, ao final, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Quando um texto legislativo nasce de um ex-ministro de um governo anterior, é relatado por um deputado da base governista e recebe o aval de um presidente de outro espectro político, o que vemos é uma demonstração de maturidade institucional e compromisso com o Brasil. É disso que o país precisa — de convergência em torno do interesse público.

A segurança pública não pode ser vitrine eleitoral. Ela deve ser tratada como política de Estado. O debate eleitoral é legítimo e necessário, mas tem seu tempo e seu lugar. O que não podemos é deixar que a lógica da eleição contamine as pautas estruturais que moldam o futuro do país. Quando isso acontece, perdemos todos: perdemos eficiência, perdemos confiança e perdemos vidas.

E é justamente para evitar isso que defendo com firmeza a aprovação da PEC da Segurança Pública. Essa proposta, que tramita nesta Casa, não pertence a governo algum, mas ao povo brasileiro. Ela busca integrar forças,



padronizar ações, fortalecer o papel das guardas municipais, garantir recursos permanentes e criar mecanismos de controle e transparência. Trata-se de uma proposta de coordenação nacional, que dá base constitucional ao trabalho daqueles que arriscam a vida diariamente nas ruas.

Essa PEC pode salvar vidas. Mas, para isso, precisa ser debatida sem contaminações eleitorais, sem ruídos ideológicos, sem vaidades pessoais. O presidente Lula tem demonstrado, com ações concretas, que é possível combater o crime com inteligência, com integração e com respeito à lei. Os números não deixam dúvida: em 2024, a Polícia Federal causou um prejuízo de R\$ 5,6 bilhões às organizações criminosas — um aumento de 70% em relação ao ano anterior.

A Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (FICCO) realizou 222 operações, prendeu mais de mil pessoas e cumpriu quase dois mil mandados de busca e apreensão. Em apenas um ano, o número de bases da FICCO passou de 27 para 33, ampliando a presença do Estado onde antes reinava o medo.

As apreensões de drogas cresceram em 76%, totalizando quase 480 toneladas retiradas de circulação. Mais de 600 mil comprimidos de ecstasy foram apreendidos. Na área de controle de armas, houve queda de 30% na emissão de portes e aumento na apreensão de munições. O tempo médio de conclusão de inquéritos caiu 26%, enquanto o número de investigações cresceu.

Esses são resultados, não discursos. São frutos de uma política de segurança que alia planejamento, integração e inteligência. E isso é o que a PEC da Segurança busca consolidar: uma política duradoura, perene, que não dependa de quem esteja no poder, mas que sirva ao cidadão brasileiro.

Nada é mais urgente do que devolver ao povo o direito de viver sem medo. E isso exige coragem política — coragem para colocar o Brasil acima das disputas eleitorais. Faço, portanto, um apelo a esta Casa: Que deputados e senadores unam esforços para que o país reencontre o caminho da coordenação e da responsabilidade.

As forças de segurança não pedem aplausos, pedem planejamento e apoio. O cidadão comum não quer saber quem vence o debate político — ele quer saber se poderá voltar para casa em segurança, se seus filhos poderão brincar na rua, se sua comunidade será respeitada pelo Estado.

A vitória contra o crime não virá de frases de efeito, mas de políticas



bem construídas. Não virá de polarizações, mas de pactos republicanos. Não virá de vaidades, mas de unidade nacional. O Brasil só vencerá o crime organizado quando o enfrentamento à criminalidade for conduzido de forma coletiva, suprapartidária e permanente. Hoje, todos perdem com o ruído das discussões vazias. Amanhã, todos podemos ganhar, se tivermos a coragem de colocar a vida, a paz e o futuro do Brasil em primeiro lugar.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.
